



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. [IDENTIFICAÇÃO](#)
2. [DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL](#)
3. [DO OBJETO E OBJETIVO](#)
4. [DAS QUANTIDADES/COMPOSIÇÃO DOS LOTE/ DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR](#)
5. [FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO](#)
6. [DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO](#)
7. [REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
8. [MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)
9. [ESTIMATIVA DE CUSTO](#)
10. [MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)
11. [DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO](#)
12. [CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
13. [DO RECEBIMENTO](#)
14. [LIQUIDAÇÃO](#)
15. [PRAZO DE PAGAMENTO](#)
16. [FORMA DE PAGAMENTO](#)
17. [REAJUSTE](#)
18. [FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO](#)
19. [INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
20. [HABILITAÇÃO](#)
21. [DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE](#)
22. [DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA \(ART. 92, XIV, XVI E XVII, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021\)](#)
23. [DAS COOPERATIVAS](#)
24. [CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS](#)
25. [ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)
26. [DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO](#)
27. [DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

28. [DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

29. [DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”](#)

30. [DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

31. [JUSTIFICATIVA PARA COMPRA ATRAVÉS DO REGISTRO DE PREÇO](#)

32. [DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO](#)

33. [DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO](#)

34. [DOS CASOS OMISSOS](#)

35. [DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

36. [ANEXOS](#)

1. **IDENTIFICAÇÃO**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 270001 Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP.

MODALIDADE - Pregão Eletrônico

CRITÉRIO DE JULGAMENTO - Maior desconto por Lote sobre os serviços e insumos das tabelas do SINAPI desonerada

2. **DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento as regras que se pautam nos princípios estabelecidos na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, na Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 (Lei de Licitações), no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 atualizada pela Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014, no Decreto Estadual nº 21.675 de 03 de março de 2017, na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e outras normas que lhes sejam correlatas, tem a finalidade de instruir procedimento licitatório a ser deflagrado para "Registro de Preços de todos os serviços e materiais da tabela SINAPI para execução de serviços comuns de engenharia, nas unidades prediais pertencentes ao Estado de Rondônia", para atendimento das demandas da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO.

3. **DO OBJETO E OBJETIVO**

3.1. **Do Objeto**

Registro de preços para eventual contratação, sob demanda, de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e acessórios na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil, doravante denominada sinapi. necessários para atender as demandas com manutenção, conserto, conservação, reparo dentre outros, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais pertencentes ao estado de Rondônia para atendimento das demandas da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP/RO por um período de 12 meses, nos termos descritos neste documento.

LOTE	REGIONAL	MUNICÍPIOS E SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS	VALOR ESTIMADO	BDI DESONERADO (32,78%)	VALOR GLOBAL
------	----------	---	----------------	-------------------------	--------------

01	PORTO VELHO; ARIQUEMES; JI-PARANÁ.	PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM, ARIQUEMES, MONTE NEGRO, CACAULÂNDIA, ALTO PARAÍSO, RIO CRESPO, CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, CUJUBIM, BURITIS E MACHADINHO D'OESTE, JI-PARANA, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, OURO PRETO DO OESTE, VALE DO PARAÍSO, MIRANTE DA SERRA, JARU, URUPÁ, NOVA UNIÃO, THEOBROMA, ALVORADO DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, VALE DO ANARI.	R\$ 10.367.073,35	R\$ 3.398.326,65	R\$ 13.765.400,00
02	CACOAL; ROLIM DE MOURA.	CACOAL, MINISTRO ANDREAZZA, PIMENTA BUENO, ESPIGÃO DO OESTE, SÃO FELIPE D'OESTE, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, ALTA FLORESTA D'O OESTE, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, NOVO HORIZONTE D'O OESTE, CASTANHEIRAS, NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, PARECIS, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SERINGUEIRAS E COSTA MARQUES.	R\$ 5.560.099,41	R\$ 1.822.600,59	R\$ 7.382.700,00
03	VILHENA.	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CORUMBIARA, CHUPINGUAIA E PIMENTEIRAS D'OESTE.	R\$ 2.900.964,00	R\$ 950.936,00	R\$ 3.851.900,00
		TOTAL	R\$ 18.828.136,76	R\$ 6.171.863,24	R\$ 25.000.000,00

3.2. A distribuição dos valores monetários está alinhada com o planejamento da Coordenadoria Estratégica de Planejamento e Convênios - CEC, Estudo Técnico Preliminar 13 (0049455219).

3.3. O registro de preços no valor total estimado não obriga a administração a executar todo o montante. A execução de qualquer percentual fica condicionada à liberação do orçamento.

3.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Art 6º inciso XXI alínea a da Lei 14.133 de 2023). Serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

3.5. O prazo de vigência da Ata é de 1 (um) ano contado a partir do primeiro dia útil subsequente à

data de divulgação da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.6. **Do Objetivo**

3.7. Prover com infraestrutura mínima necessária a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP para atendimento das demandas institucionais, em melhorias e reformas consequentes de um período de intensa implantação, curto prazo executivo e carência de infraestrutura física nos imóveis da Administração (Estudo Técnico Preliminar 13 0049455219), cuja maioria trata de construções antigas ou com relativo tempo de construção, necessitando de intervenções.

4. **DAS QUANTIDADES/COMPOSIÇÃO DOS LOTE/ DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O valor estimado total do rol de serviços que potencialmente possam vir a serem executados na prestação de serviços comuns de manutenção, sob demanda, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios necessários objetivando manter ou recuperar o espaço das instalações físicas dos prédios públicos no Estado de Rondônia já inclusos um BDI de até 32,78% em alinhamento com o preconizado no acórdão 2622/2013 do TCU e desoneração prevista na Lei 14.784, de 27 de dezembro de 2023.

A lista de imóveis do Poder Executivo Estadual consta na Relação de Imóveis (Estudo Técnico Preliminar 13 0049455219).

4.1. A forma de contratação pode ser considerada uma forma parcelada, visto que as demandas serão contratadas individualmente, através de ordens de serviços específicas, com base nos preços das tabelas SINAPI DESONERADA e/ou SICRO e um desconto pré-estabelecido.

4.2. Essa forma se mostra vantajosa visto que é possível garantir um bom desconto pela contratação de larga escala.

- O art. 40, ainda, estabelece em seus §§ 2o. e 3o.:
- § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:
- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
 - II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
 - III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

4.3. Sugere-se a adoção de contratação por lotes, com o objetivo de alcançar economia de escala, redução dos custos de gestão de contratos e a possibilidade de obter melhores condições ao lidar com o mesmo fornecedor.

4.4. Para ampliar o interesse das empresas no processo licitatório e promover a competição regional, decidiu-se dividir o objeto em lotes, proporcionando também uma maior viabilidade econômica para os licitantes.

4.5. Com o intuito de regionalizar as demandas, optou-se pela divisão do objeto em lotes, fundamentada na proximidade geográfica dos municípios de cada região. Essa estratégia visa facilitar a logística e incentivar a participação de empresas locais, promovendo assim a competição. Tal medida visa evitar a concentração de serviços em uma única empresa em várias áreas, seguindo a mesma linha estabelecida pelo registro de preços anterior, ARP 313/2022/SUPEL RO.

LOTE	REGIONAL	MUNICÍPIOS E SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS
01	PORTO VELHO; ARIQUEMES; JI-PARANÁ.	PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM, ARIQUEMES, MONTE NEGRO, CACAULÂNDIA, ALTO PARAÍSO, RIO CRESPO, CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, CUJUBIM, BURITIS E MACHADINHO D'OSTE, JI-PARANA, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, OURO PRETO DO OESTE, VALE DO PARAÍSO, MIRANTE DA SERRA, JARU, URUPÁ, NOVA UNIÃO, THEOBROMA, ALVORADO DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, VALE DO ANARI.

LOTE	REGIONAL	MUNICÍPIOS E SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS
02	CACOAL; ROLIM DE MOURA.	CACOAL, MINISTRO ANDRÉAZZA, PIMENTA BUENO, ESRIGÃO DO OESTE, SÃO FELIPE D'OESTE, PRIMAVERA DE RONDONIA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, ALTA FLORESTA D'O OESTE, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, NOVO HORIZONTE D'O OESTE, CASTANHEIRAS, NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, PARECIS, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SERINGUEIRAS E COSTA MARQUES.
03	VILHENA	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CORUMBIARA, CHUPINGUAIA E PIMENTEIRAS D'OESTE.

4.6. A distribuição dos valores monetários está alinhada com o planejamento da Coordenadoria Estratégica de Planejamento e Convênios - CEC, Anexo Informação nº 16/2023/SEOSP-CEC (Estudo Técnico Preliminar 13 0049455219).

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.2. As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, em razão do disposto no Art. 5º IN MPOG nº 01/2010, no Art. 1º, Inciso II, da IN 05/2017/MPOG, e no Art. 6º, do Decreto Estadual nº 21.264/2016:

7.3. Os produtos comercializados devem ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

7.4. As licitantes devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

7.5. Os produtos comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7.6. Os produtos comercializados não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

7.8. A empresa contratada deverá visar sempre a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, com relação aos critérios de sustentabilidade ambiental;

7.9. Utilizar materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

7.10. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, fazendo reutilização da água para outros fins, sempre que possível;

7.11. À contratada caberá o fiel cumprimento do PGRCC (Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA), sob

pena de multa;

7.12. A empresa contratada será responsável pela retirada e transporte do entulho para local apropriado, autorizado para receber os materiais;

7.13. Sempre que possível, deverá separar os resíduos recicláveis e encaminhar para coleta seletiva para reciclagem. Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NB publicadas sobre resíduos sólidos.

7.14. A contratada deverá destinar às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, quando couber;

7.15. A Contratada deverá adotar práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização, quando couber;

7.16. A Contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

7.17. **Subcontratação**

7.18. O objeto será executado diretamente pela CONTRATADA, sendo limitada a subcontratação até 25% (vinte e cinco por cento), destinada às atividades complementares como: fornecimento de concreto, marcenaria, esquadrias em geral, vidraçaria, metalúrgica e cabeamento estruturado.

7.18.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado para execução da parte que lhe for repassada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.19. A subcontratação deverá ser precedida da aprovação da fiscalização. As empresas subcontratadas cumprirão com o mesmo rigor as obrigações trabalhistas e previdenciárias assim com também, quanto ao cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.20. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.21. **Garantia da contratação**

7.22. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de serviços comuns de engenharia, como pequenas reformas e manutenção predial, e pelas características inerentes ao objeto não se faz adequada tal exigência.

7.23. **Vistoria**

7.24. A avaliação prévia do local de execução dos serviços, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, poderá ser realizada pelo licitante interessado sendo assegurado, o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 13:30 horas.

7.25. O prazo para a realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame;

7.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.28. A falta de pedido expresso de vistoria pressupõe que o licitante conhece todas as condições da contratação pretendida descritas no edital.

7.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dificuldade de trajeto, deslocamentos, disponibilidade ou custos de materiais, mão de obra e insumos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. Condições de execução

8.2. A prestação dos serviços englobará a realização de manutenção predial e pequenas reformas, contemplando o fornecimento de peças, insumos, materiais e toda a mão de obra necessária a execução do serviço contratado, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos, descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, nos prédios públicos conforme relação de imóveis (Estudo Técnico Preliminar 13 0049455219).

8.3. Os serviços serão autorizados por meio de ordem de serviços e seus valores serão obtidos pela tabela SINAPI vigente à época da lavratura do contrato, com a incidência do BDI e do desconto definidos na proposta pelo licitante vencedor.

8.4. Nas Ordens de Serviços devem constar os itens da tabela SINAPI, necessários para a execução dos respectivos serviços contendo código, descrição sintética, quantidades, prazo de execução e valores unitários e totais de cada item.

8.5. Quando não houver composição específica para um serviço pleiteado pela administração, será adotada a seguinte ordem de prioridades:

- a) Deverá ser utilizada, preferencialmente, composição existente na Tabela do SINAPI desonerada, adaptando-se, conforme o caso, índices e valores de insumos e mão de obra, podendo ser elaboradas novas composições unitárias embasando exclusivamente em insumos e serviços do SINAPI DESONERADO;
- b) Na inexistência de composição nas tabelas SINAPI para o serviço desejado, deverá ser utilizada composição SICRO (DNIT);
- c) Não havendo insumos e/ou serviços na tabela SINAPI, nem no SICRO, poderão ser adotadas, mediante justificativa técnica, fontes privadas, como as Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos, da Editora PINI, e o Informativo SBC;
- d) Se as tabelas para elaboração dos orçamentos de referência de que trata os itens a, b e c não contemplarem, de modo adequado, os itens constantes no projeto, o preço de referência será obtido na forma do art. 51 do Decreto N° 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

8.6. Para composição dos preços a serem pagos aos serviços contratados: $[(\text{Preço de custo referencial do serviço} \times \text{quantidade}) + \text{BDI}] - \text{Desconto da empresa} = \text{Preço a ser pago}$.

8.7. Deverão ser elaborados, previamente à emissão da Ordem de Serviços - OS, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, **pela empresa contratada**, os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária: Conterá a listagem dos serviços, suas unidades, quantidades, preços unitários e preços totais.
- Planilha Composição de Custos Unitários: as composições unitárias são o conjunto de insumos, mão de obra, equipamentos e serviços acessórios que juntos subsidiam o preço unitário do serviço estipulado na planilha orçamentária.
- Planilha Cronograma Físico-Financeiro: será definido o prazo máximo para a realização dos serviços descritos na planilha orçamentária, bem como, os percentuais de avanço físico-financeiro, de cada etapa.
- Planilha Composição BDI: Em cada orçamento deverá estar incluído o cálculo do BDI daquele serviço, nos moldes da proposta vencedora e ajustado o ISS para o município em que os serviços serão prestados.
- Memorial Descritivo (quando necessário para definição dos serviços): contendo especificações técnicas e orientações dos padrões de qualidade exigidos, bem como, as formas de medição e aceitação do serviço.
- Projetos, croquis e detalhamentos necessários para a caracterização dos serviços (quando necessário para definição dos serviços);
- Declaração, emitida pelo autor da planilha de que os preços estão em Compatibilidade com SINAPI, em acordo com o Decreto N° 7.983, de 08/04/2013, bem como que os quantitativos encontram-se de acordo com o projeto de engenharia a que se refere e que o BDI encontra-se nos limites estabelecidos pelo TCU;

- Fotografias da área de intervenção;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do autor da planilha, e ART (s) do (s) projeto (s), se houver.

8.7.1. As peças técnicas também poderão ser elaboradas pela Contratante.

8.8. Demais documentos, caso sejam existentes, referentes à área objeto de intervenção, serão colocados à disposição da CONTRATADA, que se incumbirá de executar quaisquer conferências e/ou levantamentos que se fizerem necessários para o desenvolvimento do trabalho.

8.9. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá elaborar os diários de obra, conforme modelo indicado pela CONTRATANTE, para registro toda e qualquer atividade, ainda que de escritório e não do canteiro de obras propriamente dito, inclusive com registros fotográficos e comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

8.10. Na fase de execução do serviço, a respectiva Ordem de Serviço poderá ser alterada qualitativa ou quantitativamente para que os serviços demandados correspondam aos serviços realizados.

8.11. O prazo de execução dos serviços demandados será definido na Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE.

8.12. Não poderá o licitante vencedor recusar-se a executar os serviços solicitados na Ordem de Serviço, mesmo que em pequena quantidade, estando sujeitos as penalidades.

8.13. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais ou corretivos a serem realizados, será definido o prazo de execução em comum acordo entre a Fiscalização do contrato e a Contratada. Tal prazo, desde que aprovado pela Fiscalização, será registrado na Ordem de Serviço.

8.14. Se não houver concordância do prazo de execução entre as partes, prevalecerá o estabelecido pela fiscalização, inclusive em caso de demora de resposta pela contratada.

8.15. A comissão de fiscalização deverá acompanhar os serviços demandados para evitar atrasos na sua execução.

8.16. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

8.17. O prazo para a execução do serviço constará expressamente na O.S, respeitando o grau de necessidade da Instituição, no que tange ao tempo a ser cumprido para o atendimento de cada demanda.

8.18. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

8.19. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato.

8.20. O recebimento dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço e orçamento dar-se-ão conforme item 13 deste Termo de Referência.

8.21. Em atendimento ao art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, fica definido o valor mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), já com aplicação de desconto e BDI, para cada ordem de serviço a ser exarada pelos órgãos gerenciador, participantes e não participantes.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO

9.1. VALOR TOTAL ESTIMADO

9.1.1. O valor global de referência para execução plena do serviço para eventual contratação de empresa que prestará serviços de manutenção predial eventuais e sob demanda a serem executadas nos imóveis (Estudo Técnico Preliminar 13 0049455219), baseada na TABELA SINAPI DESONERADA, está estimado em **R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)**, sendo o total previsto pela CEC - Coordenadoria Estratégica de Planejamento e Convênios para investimentos em contratação de serviços comuns de engenharia que visem a manutenção, adequação e adaptações prediais.

9.1.2. Considerando que a ARP terá validade de 1(um) ano, a partir da sua publicação, alguns serviços também poderão ser contratados via adesão no exercício 2025.

9.2. PERCENTUAL DE DESCONTO

9.2.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar 13 (0049455219), para estimativa do percentual de desconto foi realizada consulta das atas de registro de preços com objeto semelhante (registro de preços para contratação de serviços comuns de engenharia com base de preços na Tabela Sinapi) e que estão dentro do prazo de vigência. Consulta esta realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e Portal da Transparência dos órgãos.

9.2.2. O desconto médio obtido foi de 23,08%, sendo este o desconto levantado apenas para fins de estudo, não sendo utilizado para definição de percentuais mínimos e máximos.

9.2.3. O vencedor do certame será o licitante que oferecer o maior desconto percentual sobre esse valor. Esse desconto será mantido durante a vigência do contrato e incidirá sobre novos itens que venham a ser incluídos por meio de termos aditivos.

9.3. BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

9.3.1. O percentual aplicado ao BDI (Benefício sobre Despesas Indiretas) foi calculado com base no Acórdão nº 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, o qual traz o índice de 32,78% para caso de obras e serviços de baixa complexidade. A composição do BDI consta na Memória de Cálculo BDI (0049993637), ANEXO 1.

9.3.2. Por conta dos lotes serem compostos por diversos municípios, para a fase de licitação, o percentual de BDI será fixo, com exceção do item 6.3 da tabela abaixo, que trata do ISS, que deverá ser ajustado pelo profissional responsável pela elaboração da planilha orçamentária, o qual deverá apurar qual o percentual de ISS vigente no município em que serão prestados os serviços para fazer o ajuste devido.

9.3.3. O BDI é composto de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ -	4,00%
2	SG - SEGUROS e GARANTIA	R\$ -	0,80%
3	R - RISCOS	R\$ -	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ -	1,23%
5	L - LUCRO BRUTO	R\$ -	7,40%
6	I - IMPOSTOS	R\$ -	13,15%
6.1	PIS		0,65%
6.2	COFINS		3,00%
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		5,00%
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		4,50%
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ -	
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ -	
BDI (%)			32,780%

Onde:

AC: taxa de administração central;

SG: taxa de garantias e taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

9.3.4. Pelas particularidades do objeto deste Termo de Referência: a) registro de preços para contratações futuras e eventuais sob demanda; b) distribuição dos lotes por regionais que englobam diversos municípios e com distâncias variadas dos centros comerciais). Foi adotado as taxas médias constantes no Acórdão nº 2622/2013 do TCU para os itens 1 a 5.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas

e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A CONTRATADA deverá emitir uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou documento equivalente, conforme o conselho com o qual o profissional responsável técnico pela execução dos serviços tenha vínculo, referente aos serviços contratados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da ata registro de preços.

10.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.7. **Preposto**

10.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.9. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

10.10. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

10.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1. Os responsáveis que irão acompanhar, fiscalizar e receber os serviços são os designados por portaria específica.

11.2. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas conveniente;

11.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

11.4. **DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX da Lei 14.133/21).**

11.5. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.6. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.7. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.13. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.14. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.15. Indenizações e multas.

11.16. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.17. **Fiscalização Técnica**

11.18. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.19. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.20. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.21. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

11.22. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

11.23. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

11.24. **Fiscalização Administrativa**

11.25. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

11.27. **Gestor do Contrato**

11.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as

ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme cumprimento de prazos de entrega, cuja remuneração será adequada à medida que as Ordens de Serviço atendam ou não os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço.

12.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.3. Será considerado atraso quando o Recebimento Definitivo ultrapassar o prazo definido para execução da Ordem de Serviço.

12.4. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, a critério da fiscalização, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da prestação.

12.5. Para serviços com prazo de execução maiores que 30 dias, poderão ser realizadas medições mensais, a critério da fiscalização;

12.6. Transcorridos 30 dias de execução, a contratada deverá encaminhar à comissão de fiscalização a planilha de medição dos serviços, constando no mínimo os seguintes itens: item, descrição, unidade, quantidade, preço unitário com BDI (já aplicado o desconto ofertado na licitação), preço total daquele item, percentual executado nessa medição, quantidade executada nessa medição. Ao final da planilha de medição deve constar os totais dos percentuais, quantidades e valores;

12.7. A comissão de fiscalização realizará vistoria in loco para medir os serviços executados e comparar com a planilha de medição apresentada pela CONTRATADA;

12.8. Todos os materiais e produtos a serem empregados nos serviços deverão ser novos, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas do fabricante;

12.9. Os pagamentos serão efetuados de acordo com os serviços efetivamente concluídos e aceitos, de acordo com as medições elaboradas pela fiscalização do CONTRATANTE;

12.10. A execução dos serviços deverá seguir os projetos, memoriais técnicos e memoriais descritivos, elaborados pela SEOSP, que, quando necessários, serão entregues junto da Ordem de Serviço;

12.11. Para a perfeita execução dos serviços, deverão ser verificadas todas as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT e outras aplicáveis;

12.12. Os critérios de quantificação e medição adotados para todos os serviços são os constantes nos

cadernos técnicos presentes no sumário de publicações do SINAPI referente ao mês do orçamento de referência.

12.13. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- I - não produzir os resultados acordados,
- II - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13. DO RECEBIMENTO

13.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto na Ordem de Serviço ou Cronograma Físico Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

13.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Artigos. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

13.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

13.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

13.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do

contrato para recebimento definitivo.

13.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

13.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.17. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.21. Caso Contratada não concorde com os descontos apontados na autorização de faturamento, terá 5 (cinco) dias úteis para contestá-los, apresentando as devidas justificativas. Se forem acatadas, total ou parcialmente, os descontos serão revisados e nova autorização será emitida.

13.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14. LIQUIDAÇÃO

14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15. PRAZO DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

15.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC de correção monetária.

15.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá fazer referência nas ordens de serviços.

15.4. O valor do pagamento será calculado considerando-se os serviços prestados de acordo com valores estabelecidos nas Ordens de Serviços, sendo devidos somente aqueles efetivamente executados no período.

16. FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. REAJUSTE

17.1. Os preços definidos no instrumento contratual, serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

17.2. Por se tratar de objeto com valores vinculados a tabelas de preços oficiais (SINAPI, por

exemplo) e considerando que tais tabelas são atualizadas mensalmente, o reajuste do objeto estará vinculado a esta condicionante, obrigatoriamente.

17.3. Assim, a data-base, para fins de reajuste, das contratações que advirem do registro de preços deste procedimento, será definida como o mês de referência da tabela de preços oficiais utilizada para orçar a planilha orçamentária dos serviços.

17.4. **Antecipação de pagamento**

17.5. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, conforme Art. 145 da Lei 14.133/21 e Orientação Normativa AGU nº 76 de 2023.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de REGISTRO DE PREÇO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA pelo critério de de julgamento MAIOR DESCONTO POR LOTE sobre os serviços e insumos das planilhas do SINAPI;

18.2. No valor deverá estar previstas e inclusas todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos manutenção, remuneração, encargos sociais incidentes sobre os serviços, além das despesas com o fornecimento de transporte, alimentação, uniforme e treinamento dos profissionais envolvidos na execução do serviço e todos os demais custos diretos e indiretos pertinentes ao escopo desta contratação

18.3. **Critérios de aceitabilidade de preços**

18.4. O prazo de validade da Proposta deverá ser de no mínimo de 90 (noventa) dias e seguir o modelo que constará no Edital de Licitação.

18.5. A empresa vencedora deverá apresentar proposta de preço, conforme quadro abaixo:

LOTE	REGIONAL	MUNICÍPIOS E SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS	VALOR ESTIMADO	BDI DESONERADO (32,78%)	VALOR GLOBAL	PERCENTUAL DE DESCONTO (com duas casa decimais)
------	----------	---	----------------	-------------------------	--------------	---

1	PORTO VELHO; ARIQUEMES; JI-PARANÁ.	PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM, ARIQUEMES, MONTE NEGRO, CACAULÂNDIA, ALTO PARAÍSO, RIO CRESPO, CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, CUJUBIM, BURITIS E MACHADINHO D'OSTE, JI- PARANA, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, OURO PRETO DO OESTE, VALE DO PARAÍSO, MIRANTE DA SERRA, JARU, URUPÁ, NOVA UNIÃO, THEOBROMA, ALVORADO DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, VALE DO ANARI.	R\$ 10.367.073,35	R\$ 3.398.326,65	R\$ 13.765.400,00	
---	--	--	-------------------	------------------	-------------------	--

2	CACOAL; ROLIM DE MOURA.	CACOAL, MINISTRO ANDREAZZA, PIMENTA BUENO, ESPIGÃO DO OESTE, SÃO FELIPE D'OESTE, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, ALTA FLORESTA D'O OESTE, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, NOVO HORIZONTE D'O OESTE, CASTANHEIRAS, NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, PARECIS, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SERINGUEIRAS E COSTA MARQUES.	R\$ 5.560.099,41	R\$ 1.822.600,59	R\$ 7.382.700,00	
3	VILHENA.	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CORUMBIARA, CHUPINGUAIA E PIMENTEIRAS D'OESTE.	R\$ 2.900.964,00	R\$ 950.936,00	R\$ 3.851.900,00	

Obs.: O valor global permanece inalterado, a competição é sob o percentual de desconto, o qual incidirá diretamente nos preços unitários das tabelas de referenciais definidas neste Termo de Referência. Tal percentual de desconto será limitado a duas casas decimais, formato 00,00%. Não serão aceitas propostas com mais de duas casas decimais.

18.6. Conforme Estudo Técnico Preliminar 13 (0049455219), para estimativa do percentual de desconto foi realizada consulta das atas de registro de preços com objeto semelhante (registro de preços para contratação de serviços comuns de engenharia com base de preços na Tabela Sinapi) e que estão dentro do prazo de vigência. Consulta esta realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e Portal da Transparência dos órgãos.

18.7. O desconto médio obtido foi de 23,08%, sendo este o desconto levantado apenas para fins de estudo, não sendo utilizado para definição de percentuais mínimos e máximos.

18.7.1. O vencedor do certame será o licitante que oferecer o maior desconto percentual sobre esse valor. Esse desconto será mantido durante a vigência do contrato e incidirá sobre novos itens que venham a ser incluídos por meio de termos aditivos.

18.7.1.1. Serão desclassificadas as propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de

2021;

18.7.1.2. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada;

18.7.1.3. Conforme o parágrafo § 4º do art. 59 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, ou seja, desconto maior que 25%.

18.8. O valor do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) adotado para estimar os custos é de 32,78%, conforme composição do BDI (0049993637) e detalhamento constante no item 9.3 deste Termo de Referência.

18.9. **Regime de execução**

18.10. O regime de execução do contrato será Regime de Execução por Preço Unitário.

18.11. **Modo de disputa**

18.12. Esta licitação será processada pelo modo de disputa ABERTO E FECHADO, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com intervalo mínimo de 1 % (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, e a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

18.13. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam fazer um lance final e fechado, em até cinco minutos, que será mantido em sigilo até o encerramento deste prazo.

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A LICITANTE está sujeita a aplicação das sanções previstas nos Artigos 155 até 163 da Lei 14.133/21, além daquelas determinadas por legislação específica, decretos e regulamentos;

19.2. A aplicação das sanções, não exclui, em hipótese alguma a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.3. São infrações administrativas - nos termos do Artigo 155 da Lei 14.133/21:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013."

19.4. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA (*)
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência;	4,0% por dia
02	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	1,6% por dia
03	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	0,4% por dia
04	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	3,2% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:		
05	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	3,2% por dia
06	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência;	0,8% por dia
07	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	0,8% por dia
08	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência;	0,4% por dia
09	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	0,2% por dia
10	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia.	0,2% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

19.6. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

19.7. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

19.8. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

19.9. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

19.11. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

19.12. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

19.13. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

19.14. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.15. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

19.16. A recusa injustificada da ADJUDICATÁRIA em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das

previstas na legislação vigente;

19.17. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, a licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente;

19.18. As sanções aqui previstas, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

19.19. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. HABILITAÇÃO

20.1. Habilitação jurídica

20.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

20.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

20.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.6. Sociedade empresária estrangeira: Não havendo necessidade de ampliação do universo de competidores em vista da ausência de interessados no mercado nacional com condições de conduzir uma ampla e isonômica competição, não será permitida a participação de empresas estrangeiras neste certame.

20.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

20.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

20.10. Habilitação fiscal, social e trabalhista

20.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

20.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

20.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

20.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.18. **Qualificação Econômico-Financeira**

20.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

20.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

20.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

20.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

20.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

20.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

20.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

20.26. Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);

b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do edital, para cada LOTE.

20.26.1. As LICITANTES constituídas no exercício de 2024, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Contratação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

a) Capital Social correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21, para cada LOTE.

20.26.2. Para participar de um ou de todos os lotes, a empresa deverá comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido de no mínimo 10% do valor do somatório dos lotes.

20.26.3. No caso do licitante classificado em mais de um lote, o aferimento do cumprimento das disposições acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias.

20.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). 10.41. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

20.28. **Qualificação Técnica**

20.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

20.30. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

20.31. Registro ou inscrição regular da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

20.32. Caso a Empresa seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA de Rondônia, deverá apresentar, antes do início dos serviços, o registro no CREA-RO, de acordo com o art.3º, § 1º, inciso II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

20.33. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

20.34. Comprovação de vínculo profissional de um Engenheiro Civil ou um Arquiteto a ser realizada com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho ou, ainda; de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

20.35. Atestados de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

a) Para o Lote 1:

Serviços	Unidade	Quantidade mínima
Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato e/ou Piso em granilite, marmorite ou granitina	m2	2.710,25
Pintura látex acrílica em paredes	m2	10.958,84
Telhamento com telha ondulada fibrocimento e/ou Telhamento com telha termoacústica	m2	8.994,33

b) Para o Lote 2:

Serviços	Unidade	Quantidade mínima
Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato e/ou Piso em granilite, marmorite ou granitina	m2	1.453,57
Pintura látex acrílica em paredes	m2	5.877,48
Telhamento com telha ondulada fibrocimento e/ou Telhamento com telha termoacústica	m2	4.823,87

c) Para o Lote 3:

Serviços	Unidade	Quantidade mínima
Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato e/ou Piso em granilite, marmorite ou granitina	m2	758,40
Pintura látex acrílica em paredes	m2	3.066,55
Telhamento com telha ondulada fibrocimento e/ou Telhamento com telha termoacústica	m2	2.516,84

20.35.1. **Deve-se observar a seguinte condição:** Os atestados devem comprovar a administração de equipes com, no mínimo, 6 (seis) postos de trabalho simultâneos, podendo ser comprovados por contrato singular ou em contratos concomitantes. Para atendimento do item a empresa deverá apresentar

declaração/relatório complementar detalhando os locais, serviços, contratos e quantitativos executados em cada posto de trabalho.

20.36. As parcelas de maior relevância foram obtidas através dois itens da curva A das planilhas orçamentárias das contratações de serviços comuns de engenharia do último registro de preços da Seosp, ARP nº 313/2022, até o valor aproximado de 10% do valor estimado para o lote 1 e posteriormente distribuído proporcionalmente aos lotes 2 e 3. Conforme a memória de cálculo de itens relevantes - ANEXO 2 (0056610664).

20.37. A medida estabelecida no item anterior visa a melhoria da contratação mediante experiências anteriores.

20.38. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

20.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

20.40. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

20.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

20.42. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

20.43. **Fase de habilitação das licitações**

20.44. Nos termos do artigo 63 da Lei nº 14133, na fase de habilitação das licitações:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

21. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** □

21.1. **São obrigações da Contratante:**

21.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

21.3. Receber, no todo ou em parte, o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.4. **Notificar o Contratado**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

21.5. **Sustar a execução** de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

21.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 21.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 21.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;
- 21.9. Reter créditos e aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 21.10. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021);
- 21.11. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 21.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 21.13. Responder eventuais pedidos de Repactuação e de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (Revisão contratual) feitos pelo contratado os prazos serão os consignados no item deste Termo que tratam desses assuntos respectivamente.
- 21.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021). Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

- 22.1. **São obrigações da Contratada/Fornecedor**
- 22.2. Além das demais obrigações exigidas em Lei, a empresa contratada deverá:
- 22.3. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 22.4. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 22.5. Executar os serviços licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;
- 22.6. Entregar as quantidades indicadas pelo órgão requisitante em cada ordem de serviço;
- 22.7. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto;
- 22.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;
- 22.9. Executar os serviços no local definido neste instrumento;
- 22.10. Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, de forma a não interferir no andamento das atividades da CONTRATANTE;
- 22.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- 22.12. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, com base no art. 132, do Decreto nº 28.847/2024, ou seja, não pode a Administração aumentar o quantitativo de

bens e serviços fixados na Ata. Por sua vez, os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados em até 25% (vinte e cinco por cento), observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133/21;

22.13. Responder, em relação aos seus colaboradores, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

22.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

22.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados;

22.16. Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional que não atenda às necessidades e exigências inerentes à execução dos serviços contratados;

22.17. Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para o adequado fornecimento da solução conforme exigido neste Termo de Referência e em conformidade com as normas e determinações em vigor;

22.18. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviços estabelecidos deverão ser imediatamente comunicados;

22.19. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

22.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

22.21. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, atendendo prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

22.22. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução dos serviços;

22.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA, seus prepostos ou empregados, quando tais atos forem praticados na execução do objeto do contrato ou com acesso, informação ou meios obtidos em decorrência deste, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

22.24. Declarar que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, observadas as penalidades cabíveis;

22.25. Declarar cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

22.26. Declarar a conformidade com o disposto no art. 12 da Constituição do Estado de Rondônia;

22.27. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021).

22.28. Obrigatoriedade de cumprimento de cotas de aprendizes, em decorrência das licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

22.29. Nos termos do Decreto Estadual nº 25.783/2021, a contratada deverá empregar, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional.

23. DAS COOPERATIVAS

23.1. Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

24. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

24.1. A contratação se destina a execução de serviços que não promovam a inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel, com ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

24.2. A OT 02/2009 do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, serviço de engenharia pode ser definido ao item 4 como: *"Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento"*.

24.3. Tomando por base objetivo da contratação, descrito anteriormente, o objeto constante neste TR é caracterizado como serviço comum de engenharia de que trata o art. 6º, inciso XXI, b, da Lei 14.133 de 2021, haja vista que os padrões de qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas.

24.4. No momento da contratação, além do exposto no item 8, deste TR, o setor técnico competente deverá observar se os serviços possuem as características expostas nos itens 24.1, 24.2 e 24.3 para o correto enquadramento.

25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão na seguinte natureza de despesa:

DESCRIÇÃO DA DESPESA	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÕES PREDIAIS DAS EDIFICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	
Natureza da Despesa:	33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos [...] Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 10ª Ed. Pág. 92.
GPF	339 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

25.2. Tendo em vista que o processo em tela visa a à elaboração de ata de registro de preços, deixa-se de indicar, neste momento, a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa, o que será feito quando da efetivação da contratação.

25.3. A presente decisão está ancorada no Decreto Estadual N. 28.874/2014, art. 64º, §1º, base jurídica a qual colaciono abaixo:

***DECRETO ESTADUAL Nº 28.874/2024, art. 64º, §1º:** “Nas licitações para registro de preços é dispensado o atesto da existência de créditos orçamentários, sendo suficiente a indicação do código do elemento de despesa correspondente”.*

26. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

26.1. O objeto do presente Termo de Referência visa oferecer a infraestrutura mínima necessária ao atendimento das demandas institucionais, atender com celeridade as diversas solicitações de manutenção, conserto e conservação, objetivando manter ou recuperar o espaço das instalações físicas Dos prédios públicos, consequentes de um período de intensa implantação, cuja maioria trata de construções antigas ou com relativo tempo de construção, necessitando de intervenções. Importante estabelecer aqui um considerável divisor semântico entre a natureza dos serviços a que se destina este projeto básico das demais obras e construções executadas em outros certames e modalidades por esta Administração, tratando-se, no presente caso, de adaptações nos imóveis utilizados ou pequenas reformas, que atender ao objetivo da

unidade, possibilitando a oferta contínua e ininterrupta de estrutura mínima adequada a atividade finalística do órgão, a pesquisa e a extensão rural. Impende ainda registrar acerca da necessidade premente do objeto, exigindo da Administração uma resposta rápida, diante de demandas que surgem.

26.2. Reduzir custos administrativos com a realização de vários processos licitatórios para a execução de serviços de pequeno vulto financeiro no Interior do Estado de Rondônia;

26.3. Dotar o Estado de Rondônia de instrumento de contratação capaz de atender, de forma rápida e eficaz, a maioria das solicitações de serviços de manutenção, com a finalidade de manter o Patrimônio Público, promover a segurança de servidores, serventuários e público geral, bem como, garantir a continuidade dos Serviços Públicos prestados por esse Poder;

26.4. A pretensa contratação também se justifica, em suma, pela indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro de servidores da SEOSP para a execução de serviços de manutenção em várias especialidades (alvenaria, elétrica, hidráulica, sanitária, jardinagem, marcenaria, pintura, ar condicionado etc.) os quais compõem objeto desta licitação, bem como, a falta de equipamentos e ferramental para a execução desses serviços que se fazem essenciais para manutenibilidade e adequação das edificações;

26.5. Do caráter complementar, pontual, repetitivo e padronizável

26.6. Ainda no que diz respeito à caracterização do objeto desta licitação, aqui registrado SOB DEMANDA, evidencia-se, através da análise histórica das contratações anteriores realizadas por esta Administração, o caráter padronizável, repetitivo e já consolidado de sua metodologia.

26.7. Segundo voto proferido por Relator do TCU acerca da opção do SRP para obras, considerando que, no caso concreto, o objeto do presente contrato perpassa predominantemente por serviços de engenharia, temos:

“(…) 11. Ocorre que, como assinalado pela unidade técnica, o objeto da licitação não se caracteriza exclusivamente como execução de obra, embora seja admitida a realização de reformas de agências, sem ampliações. A maior demanda prevista é de serviços de readequação de ambientes, sendo que as obras, quando necessárias, são apenas de natureza pontual e complementar. 12. Como, no caso concreto, os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenções isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa, entendendo não haver óbice ao emprego do sistema de registro de preços na sua contratação.” (TCU, Acórdão nº 3.419/2013-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU 12.12.2013.) (grifos nossos)

26.8. Para que a Instituição possa continuar a desempenhar suas atividades administrativas, persiste a necessidade de intervenções nas suas estruturas físicas que viabilizem o devido funcionamento previsto. Para que essas intervenções sejam possíveis, a Instituição deverá dispor de empresa especializada em serviços de engenharia com capacidade para realizar estas intervenções necessárias à viabilização dos devidos ajustes junto às edificações, justificando, assim, a necessidade do objeto a ser licitado e a futura contratação.

27. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, com prazo de vigência de 01 ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

28. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

28.2. O gerenciamento da Ata se dará em consonância com o art. 122 do Decreto nº 28.874/2024.

29. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

29.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do GOVERNO DE RONDÔNIA, ou qualquer outro

Órgão tanto da Esfera Estadual, quanto Municipal, mediante consulta ao órgão gerenciador nos termos da Lei vigente.

29.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual;

29.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

29.4. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme texto do § 4º, do Art. 86 da Lei 14.133/2021;

29.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme texto do § 5º, do Art. 86 da Lei 14.133/2021;

29.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

30. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

30.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

30.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

30.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

30.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

30.6. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

30.7. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

30.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

30.9. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, não cabendo reajuste contratual.

30.10. Será admitida solicitação de revisão de preços quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, sempre que tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, contanto que antes sejam convocados os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

30.11. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

30.12. A revisão de preços do item anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

30.13. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata.

30.14. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

31. JUSTIFICATIVA PARA COMPRA ATRAVÉS DO REGISTRO DE PREÇO

31.1. **DEFINIÇÃO:** Registro de Preço é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de Pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação. É feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata. Nesse sentido, o sistema de registro de preços não obriga a sua execução, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

31.2. O registro de preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.

31.3. Vale salientar esse procedimento de compra é adequado, pois não há obrigatoriedade da contratação e a Administração poderá efetivar a contratação somente quando houver a necessidade.

31.4. A adoção do Sistema de Registro de preços para futura e eventual contratação do objeto deste Termo de Referência, enquadra-se no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de Janeiro de 2024.

31.5. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

31.6. Quanto à forma de contratação a que se pretende realizar, cabe-nos verificar a legislação específica acerca do Sistema de Registro de Preços, sendo esta, a metodologia adotada para a pretendida contratação. A Lei 14.133/2021, especificamente em seu artigo 83 diz que: " A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada".

31.7. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa. [\(MARÇAL, Justen Filho. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15ª Edição. Fls. 223/224\).](#)

31.8. Por meio do Sistema de Registro de Preços a Administração viabiliza diversas contratações, por meio de um único procedimento licitatório. Tal fato implica, **diretamente**, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas, tal qual o sistema *TTP in time*, utilizado por grandes empresas e fábricas e recomendada pela Administração.

31.9. No presente caso, a contratação de empresa Especializada para Aquisição de insumos diversos (material básico, elétrico, hidrosanitário, ferragens dentre outros) SOB DEMANDA descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, SOB DEMANDA, para atender as necessidades da SEOSP ensejaria várias contratações, ocasionada pela necessidade de contratações frequentes, frente ao vulto e a natureza desta Secretaria o que, se não fosse por meio do sistema de registro de preços demonstraria ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência. Nesse caso o registro de preços confere flexibilidade às contratações públicas porque a contratação dele decorrente não é obrigatória, podendo em um curto espaço de tempo, atender as demandas e decidir o melhor momento da contratação.

31.10. Destarte, Sistema de Registro de Preços – SRP permite implementar essa redução de custos por meio de procedimentos próprios e controle informatizado sobre as aquisições, viabilizando-se, assim, uma espécie de almoxarifado virtual onde são efetuados estoques de bens e serviços sem a necessidade de armazenagem e sem o consequente pagamento, que só ocorrerá no momento da efetiva entrega do bem ou serviço. Têm-se ainda que, através desse Sistema de compras, caso seja verificada a incompatibilidade entre objeto fornecido e as necessidades desta, é facultado a ela não contratar mais com o licitante vencedor, havendo ainda a possibilidade de realização de um novo certame licitatório, visto que não há obrigatoriedade de adquirir todo o quantitativo presente na ata.

Portanto, resta claro que o Sistema de Registro de Preços é vantajoso para solucionar as preocupações do Gestor Público nos processos de aquisição de bens e serviços.

32. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

32.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, pois, neste caso, o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

32.2. **Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio**, haja vista o objeto da licitação não envolver complexidade no curso da execução contratual, ao ponto de necessitar da união de esforços de terceiros.

32.3. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

33. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

33.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

34. DOS CASOS OMISSOS

34.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Legislação vigente (Lei 14.133/2021 suas alterações), bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

35. DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

35.2. Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

35.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

35.4. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

35.5. O (s) contrato (s) decorrente (s) do registro de preços terão validade de 12 (doze) meses e poderão ser alterados conforme o Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021.

35.6. O prazo máximo para a assinatura do contrato é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

35.6.1. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

36. ANEXOS

- 36.1. ANEXO 1 - Memória de Cálculo BDI (0049993637);
- 36.2. ANEXO 2 - Memória de Cálculo Itens Relevantes (0056610664).

<div>Direção:</div> <div>ANDRÉIA DE SOUZA ROCHA</div> <div>Coordenadoria Administrativa Financeira CAF-SEOSP</div>	<div>Revisão Técnica:</div> <div>HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS JÚNIOR</div> <div>Gerente Administrativo - SEOSP</div>
<div>Elaborado por:</div> <div>GLEYDIVANNE FABIELLE RODRIGUES NOGUEIRA</div> <div>Chefe de Núcleo de Aquisições e Contratos</div>	<div>Elaborado por:</div> <div>DAVI MARTINS GONÇALVES</div> <div>Assessor VIII</div>
<div>Aprovado pelo Ordenador de Despesa:</div> <div>ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA</div> <div>Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP</div>	



Documento assinado eletronicamente por **Davi Martins Goncalves, Assessor(a)**, em 20/01/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DE SOUZA ROCHA, Coordenador(a)**, em 21/01/2025, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **GLEYDIVANNE FABIELE RODRIGUES NOGUEIRA, Chefe de Núcleo**, em 21/01/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS JUNIOR, Gerente**, em 21/01/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Secretário(a)**, em 21/01/2025, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055799285** e o código CRC **956AF421**.